



DE UMA FIDELIDADE INFIEL À TEORIA – ENTREVISTA COM NABIL ARAÚJO

OF AN UNFAITHFUL FIDELITY TO THEORY – INTERVIEW WITH
NABIL ARAÚJO

Entrevista por Rafael Guimarães
Tavares da Silva e Thiago Nunes
Santana

Nabil Araújo acaba de lançar o livro *Teoria da Literatura e História da Crítica: momentos decisivos* (EdUERJ, 2020), obra que surge no horizonte bibliográfico da área de Letras no Brasil como um título absolutamente incontornável, e nós, da *Em Tese*, gostaríamos de aproveitar a oportunidade para oferecer uma entrevista na qual o estudioso possa visitar alguns de seus pontos principais, situando-os também no âmbito de sua obra.

Graduado em Letras, mestre e doutor em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Nabil Araújo é professor de Teoria da Literatura na graduação e na pós-graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foi Vice-Diretor, Coordenador de Graduação e Coordenador de Licenciaturas do

Instituto de Letras da UERJ. Orienta pesquisas de mestrado e doutorado em Estudos Literários. Líder do grupo de pesquisa interinstitucional “Retorno à Poética: imagologia, referenciação, genericidade” (CNPq). Coordenador do conselho editorial da Coleção Letras UERJ (EdUERJ). É autor do livro *O evento comparatista: da morte da literatura comparada ao nascimento da crítica* (EdUEL, 2019). Organizou *A crítica literária e a função da teoria: reflexão em quatro tempos* (2016), *Imagens em discurso: efeitos de real, efeitos de verdade* (2019), *Imagens em discurso II: escrita do outro como escrita de si* (2020) e *Re-figurações de Fausto - Entre literatura e mito* (2020); coorganizou outros importantes títulos e tem publicado regularmente capítulos de livros e artigos em periódicos acadêmicos na área de Letras. Pela sua tese de doutorado, recebeu o Prêmio UFMG de Teses, em 2014, e o Prêmio

ANPOLL de Teses, em 2016. Seu projeto “Ensino de literatura e desenvolvimento da competência crítica: uma ‘terceira via’ didático-pedagógica” foi premiado pela Fundação Carlos Chagas como a melhor experiência educativa inovadora realizada por docente de Licenciatura em 2014. Por duas vezes, em 2015 e em 2019, foi contemplado com o Prêmio Docência Dedicada ao Ensino Anísio Teixeira, conferido pela Pró-Reitoria de Graduação da UERJ

RAFAEL SILVA: VOCÊ ACABA DE LANÇAR PELA EDUERJ SEU NOVO LIVRO, *TEORIA DA LITERATURA E HISTÓRIA DA CRÍTICA: MOMENTOS DECISIVOS*. O QUE SE ENTENDE AQUI POR “TEORIA DA LITERATURA”? E POR “CRÍTICA”?

No livro, parto da concepção paradigmática de teoria da literatura como “metodologia dos estudos literários” – ou, ainda, como metacrítica, teoria da crítica (esta concebida, em síntese, como a apreciação valorativa de obras literárias) – disseminada pelo célebre manual de René Wellek e Austin Warren *Theory of Literature* (1949). Isto, não para endossá-la, como, no Brasil, o fez Afrânio Coutinho, nem simplesmente para refutá-la, como o fez Luiz Costa Lima, mas para investigar suas condições de possibilidade como resposta a determinada demanda ou questão no coração dos Estudos Literários.

THIAGO SANTANA: AFRÂNIO COUTINHO É CONSIDERADO O INTRODUTOR DA TEORIA DA LITERATURA, COMO DISCIPLINA ACADÊMICA, NO BRASIL – ELE PRÓPRIO, DIGA-SE, DISCÍPULO DE RENÉ WELLEK E ADEPTO DAS IDEIAS DO NEW CRITICISM. NÃO POR ACASO, SEU NOME SURGE LOGO NA INTRODUÇÃO DE *TL&HC* CONTRAPOSTO AO DE LUIZ COSTA LIMA, CUJA DEFESA DO ESTRUTURALISMO DAS ACUSAÇÕES DE “ESTERILIDADE FILOSÓFICA” ANIMOU UMA POLÊMICA EM MEADOS DA DÉCADA DE 1970. ASSIM, PARECE-ME QUE AINDA QUE A PRIMEIRA PARTE DE *TL&HC* POSSUA COMO OBJETO A THEORY, OS DESDOBRAMENTOS DA OBRA DE WELLEK NO BRASIL SÃO O PONTO DE PARTIDA DE TODA A DISCUSSÃO. SEU INTERESSE PELA TEORIA (E PELO TEORIZAR) ESPECIFICAMENTE NO BRASIL PARECE AINDA SER CONFIRMADO POR OUTRAS PUBLICAÇÕES DE SUA AUTORIA.¹ COMO VOCÊ VÊ A HISTÓRIA DA DISCIPLINA E O PANORAMA DA TEORIA DA LITERATURA NO BRASIL HOJE – PENSANDO, POR EXEMPLO, NAS CONTRIBUIÇÕES DECISIVAS DE UM LUIZ COSTA LIMA OU DE UM ROBERTO ACÍZELO? ALÉM DISSO, COMO VOCÊ COMPREENDERIA O *TL&HC* NESSE MESMO PANORAMA?

Os nomes de Coutinho e de Costa Lima podem ser tomados como os dos representantes paradigmáticos, no Brasil, de duas perspectivas ou escolas de pensamento sobre os Estudos Literários, mais especificamente de

1. Um de seus artigos, aliás, tematiza diretamente esse assunto: ARAÚJO, Nabil. Teorizar em “português brasileiro”? (Monolinguismo, tradução, ex-apropriação). *Alea*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 92-113, jun. 2015.

duas concepções distintas de “Teoria da Literatura”, como disciplina e como campo de investigação, respectivamente: uma concepção “metodológica”, aclimatada no Brasil a partir da apropriação, por Coutinho, do New Criticism anglo-americano e de sua mais célebre sistematização acadêmica (a *Theory of Literature* de Wellek e Warren), e uma concepção “filosófica”, por assim dizer, aclimatada no Brasil a partir da apropriação, por Costa Lima, do estruturalismo lévi-straussiano, com vistas ao escopo definido para o estudo da literatura pelos formalistas russos no início do século XX (isto é: estudo não mais das obras literárias individuais em suas idiosincrasias, e sim daquilo que faria das mesmas, em seu conjunto, literárias: numa palavra, da “literariedade”). A segunda vertente, em suas mais diversas nuances e facetas a partir da década de 1970 – estruturalismo(s), estética do efeito e da recepção, pós-estruturalismo(s), “Theory” –, passou a gozar de um prestígio acadêmico um tanto quanto absolutista no nosso meio acadêmico quando se trata de “Teoria da Literatura”, posto que erigido em pretensão detrimento completo da primeira vertente, a qual, não obstante, sobreviveu motivada pela demanda permanente, sobretudo dos estudantes de Letras, na graduação e na pós-graduação, por métodos e conceitos fundamentais da crítica literária. Cheguei

a escrever sobre esse “sequestro da crítica na teoria literária (à) brasileira”;² mais recentemente, num texto dedicado ao trabalho de sistematização de Roberto Acízelo neste campo, referi-me, às referidas vertentes, como as duas faces de Janus de uma mesma disciplina.³ Tendo grande parte do meu trabalho atual alinhado, à sua maneira, com a segunda vertente, sob o mote de um “retorno à Poética”, *TL&HC* é um livro completamente voltado para a primeira vertente: uma tentativa de compreender a emergência e as mutações da linhagem “metodológica” da teoria da literatura.

RAFAEL SILVA: ESTE TRABALHO ACOMPANHA UMA SÉRIE DE PUBLICAÇÕES ANTERIORES, NAS QUAIS VOCÊ ENFRENTA O PROBLEMA DAS ESPECIFICIDADES DO CONHECIMENTO NA ÁREA DE LITERATURA, NÃO APENAS EM TERMOS DE PESQUISA ACADÊMICA, MAS TAMBÉM DE PRÁTICA PEDAGÓGICA. ESSA PREOCUPAÇÃO JÁ É VISÍVEL DESDE SUA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, DO CONHECIMENTO LITERÁRIO (2006), MAS FICA AINDA MAIS EVIDENTE EM SUA PESQUISA DE DOUTORADO E NAS PUBLICAÇÕES QUE SE SEGUIRAM A ELA, DENTRE AS QUAIS SE ENCONTRA, AGORA, ESTE LIVRO. A MEU VER, É POSSÍVEL DELINEAR UM PROCEDIMENTO COMUM NA SUA ATUAÇÃO QUE TALVEZ POSSA SER DEFINIDO NOS SEGUINTE TERMOS: VOCÊ PARTE DE UM PROBLEMA PRÁTICO NO

2. ARAÚJO, Nabil. O sequestro da crítica na teoria literária (à) brasileira. In: ARAÚJO, Nabil (Org.). A crítica literária e a função da teoria: reflexão em quatro tempos. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2016. p. 35-55.

3. ARAÚJO, Nabil. A segunda face de Janus de uma disciplina. In: JOBIM, José Luis; ROCHA, João Cezar de Castro (Org.). A razão nas Letras: a obra e o percurso de Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: Makunaima, 2019. p. 324-335.

PRESENTE – EM TERMOS DE TEORIA, CRÍTICA E ENSINO DE LITERATURA, POR EXEMPLO –, REMONTA A ALGUNS DOS MOMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A DEFINIÇÃO DOS PRÓPRIOS TERMOS EM QUE ESSE PROBLEMA SE DESENVOLVE NA HISTÓRIA E BUSCA DAR A VER NOVAS ALTERNATIVAS PARA ENFRENTÁ-LO OU MESMO REFORMULÁ-LO. SE ISSO ESTÁ CERTO, QUE PROBLEMAS PRÁTICOS DO PRESENTE ESTÃO NA BASE DO LIVRO *TL&HC*? COMO VOCÊ LIDA COM ELES NESSA OBRA?

O horizonte contemporâneo a partir do qual se projeta a investigação levada a cabo no livro é o do debate acerca do “*after theory*” [“depois da teoria”] – fórmula que nomeia um filão prolífico no mercado editorial anglófono desde a década de 1990 –, ou seja, acerca da ideia, já bastante difundida, de que os Estudos Literários estariam vivendo uma “era da pós-teoria”, para retomar a expressão recentemente empregada na chamada de artigos de um dos mais importantes periódicos da área no Brasil.⁴ Nesse sentido, meu livro compartilha do espírito do volume coletivo *O lugar da teoria literária* (CECHINEL, 2016), o qual reverbera, à sua maneira, no Brasil, o filão do “*after theory*”, sem endossar de antemão, e acriticamente, a tese da “pós-teoria”, buscando, antes, debater justamente o espaço ocupado pela teoria da literatura como disciplina acadêmica e campo de investigação no momento em que se alastra o discurso

da suposta decadência-e-morte da teoria. Mas debater o espaço ocupado por uma disciplina acadêmica pressupõe a definição do que seja, afinal, essa disciplina – sua natureza, sua função –, algo que, por si, já enseja um debate próprio, frequentemente ignorado pelos adeptos do discurso da “pós-teoria”. Como digo no livro: perguntar-se pelo lugar ocupado pela teoria literária implica concebê-la como algo que tem um lugar, mesmo (ou sobretudo) quando é justamente essa posse que parece ameaçada, fazendo-se necessário, então, (re)definir, (re)afirmar o referido lugar, no sentido de defendê-lo; antes, contudo, de ter um lugar a ser definido/defendido, a teoria literária é aquilo que *tem lugar*, de modo que qualquer pretensa defesa do “lugar da teoria literária” deveria se ater, prioritariamente, ao *ter lugar* da teoria literária (Cf. ARAÚJO, 2020, p. 18). *TL&HC*, em suma, é um livro sobre o ter lugar da teoria da literatura em seus “momentos decisivos”, num duplo sentido desta expressão: seus momentos *principais*, do ponto de vista de uma história disciplinar, seus marcos históricos fundamentais, por assim dizer, marcos estes que devem ser vistos, por outro lado, e incontornavelmente, em sua dimensão performativa, como momentos *de decisão*.

THIAGO SANTANA: CONFORME VOCÊ AFIRMA, A TEORIA DA LITERATURA TEM LUGAR NA HISTÓRIA DOS ESTUDOS

4. Chamada de artigos para o v. 23, n. 42 (2021.1), da Revista Brasileira de Literatura Comparada: “Literatura Comparada na era da pós-teoria”.

LITERÁRIOS. É POSSÍVEL DIZER QUE O PRIMEIRO SEGMENTO DE SEU LIVRO VISA PRECISAMENTE DELINEAR ESSE TER LUGAR, E, NO MESMO GESTO, DESNATURALIZAR A TEORIA, REVELANDO AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DE SUA ORIGEM. MAIS IMPORTANTEMENTE – E ESSA ME PARECE SER A MAIOR CONTRIBUIÇÃO DO LIVRO NA PRIMEIRA PARTE – VOCÊ DEFENDE QUE UM LIVRO CENTRAL PARA A DISCIPLINARIZAÇÃO DA TEORIA DA LITERATURA NOS EUA E EM OUTROS LUGARES – A *THEORY OF LITERATURE* – SURGE NÃO COMO A ÚNICA RESPOSTA AO PROBLEMA SOBRE O QUAL SE DEBRUÇA, MAS COMO UMA RESPOSTA EM MEIO A OUTRAS. PODER-SE-IA DIZER, TALVEZ, QUE VOCÊ FAZ UM RECUO E SE CONTRAPÕE À “CRISTALIZAÇÃO” DA TEORIA (SOB A FORMA DE UM MÉTODO PRIVILEGIADO), MAS NÃO A SUBSTITUI POR OUTRA ABORDAGEM: A TEORIA IMPLICARIA UMA ESCOLHA E PRESSUPORIA UM VETO À PRIORIDADE DESSA OU DAQUELA APROXIMAÇÃO, PORQUANTO TODAS REIVINDICAM A PRIMAZIA SOBRE A EXPLICAÇÃO DA LITERATURA *AO MESMO TEMPO*. PENSO QUE ESSE ASPECTO DO TRABALHO SERIA CAPAZ DE CONTRIBUIR PARA O DEBATE EM TORNO DA MULTIPLICIDADE DE MÉTODOS INDEPENDENTES QUE POR VEZES ANIMA A ACUSAÇÃO DE UMA SUPOSTA CRISE DA CRÍTICA OU DOS ESTUDOS LITERÁRIOS. COMO VOCÊ/O LIVRO SERIA CAPAZ DE AVALIAR/ RESPONDER A ESSA ACUSAÇÃO?

O que você percebe no livro como um movimento de recuo e de “contraposição à cristalização da teoria” pode ser definido como uma reversão do “efeito de hegemonia” (para empregar uma expressão de Jacques Derrida) exercido por uma determinada teoria num determinado momento e/ou numa determinada tradição teórica (sob a forma seja de um método, seja de uma doutrina, seja de uma escola) rumo ao solo de indecidibilidade a partir do qual tal efeito violentamente logrou se impor. Esta, aliás, é a tarefa de uma historiografia da crítica para mim. A “multiplicidade de métodos” a que você se refere – multiplicidade sem síntese, a exigir sempre uma *decisão* ao crítico, heterogeneidade constitutiva que não se confunde, portanto, com mero “pluralismo” metodológico – é antes um *ponto de chegada* do que um ponto de partida da operação historiográfica a que me refiro. Nesse sentido, não há nada aí como o gesto tão contraditoriamente *moderno* de uma retórica pretensamente “pós-moderna”, a qual se poderia chamar, justamente, de retórica do *pós*: aquela segundo a qual, na esteira do “pós-estruturalismo”, e da própria “pós-modernidade”, viveríamos, atualmente, num “tempo de *pós*-crítica”, numa “era da *pós*-teoria”... Pelo contrário, a operação historiográfica aqui em foco desmascara e desmobiliza o ímpeto de hegemonia tão caracteristicamente moderno

que se manifesta onde quer que o prefixo “pós” seja afixado a qualquer coisa que se diga, então, superada pela emergência do *novo*: a “teoria”, a “crítica”, a “disciplina”, etc.

RAFAEL SILVA: NA LINHA DO QUE AS PERGUNTAS ANTERIORES JÁ DERAM A ENTENDER, A HISTÓRIA TEM UM PAPEL FUNDAMENTAL EM TODA A SUA REFLEXÃO E ACREDITO SER POSSÍVEL DIZER QUE SUA OBRA SE CARACTERIZA TAMBÉM POR UMA PREOCUPAÇÃO HISTORIOGRÁFICA, OU SEJA, COM O QUE DIZ RESPEITO À ESCRITA DA HISTÓRIA. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LITERATURA MODERNA, NA PASSAGEM DO SÉCULO XVIII PARA O XIX, TENDE A DESEMPENHAR UM PAPEL FUNDAMENTAL COMO FUNDO A PARTIR DO QUAL SE DEFINEM INÚMERAS QUESTÕES QUE CONTINUAM A PERSEGUIR OS ESTUDIOSOS DESSA ÁREA ATÉ OS DIAS DE HOJE. DA POSSIBILIDADE (OU NÃO) DE UM CONHECIMENTO ESPECIFICAMENTE LITERÁRIO, PASSANDO PELA REFLEXÃO SOBRE A COMPARAÇÃO COMO PROCEDIMENTO INTRÍNSECO AOS ESTUDOS LITERÁRIOS, ATÉ SUAS RELAÇÕES COM OUTROS CAMPOS, COMO FILOSOFIA, LINGUÍSTICA, BIOLOGIA E FÍSICA, POR EXEMPLO, ESSA MODERNIDADE PARECE CONSTITUIR UMA ESPÉCIE DE DIVISOR DE ÁGUAS EM SUAS LEITURAS. COMO VOCÊ ENTENDE ESSA MODERNIDADE? QUAL O PAPEL DESSA MODERNIDADE EM SEU PENSAMENTO?

Um ponto de chegada do percurso historiográfico em *TL&HC* é justamente a formulação do que propus chamar de “modernidade crítica”, a saber, a “conjuntura na qual o crítico estético-literário tem reservados a si, e como nunca antes, um domínio e uma jurisdição que lhe seriam próprios e exclusivos, *ao mesmo tempo* em que se vê privado do fundamento necessário à tomada de posse do referido domínio e ao exercício legítimo da referida jurisdição – fundamento esse que, portanto, deve ser doravante buscado, conquistado pelo crítico, e por ele estabelecido, finalmente, de maneira consensual” (ARAÚJO, 2020, p. 225-226). Tal conjuntura só é concebível na esteira daquela “teoria da modernidade” que Jürgen Habermas vê implicada pela filosofia crítica de Immanuel Kant, na qual se vê substituído “o conceito substancial de razão da tradição metafísica” pelo “conceito de uma razão cindida em seus momentos, cuja unidade tem apenas caráter formal”, fundando-se, com isso, a possibilidade tripartida do (a) conhecimento objetivo, do (b) discernimento moral e da (c) avaliação estética, delimitando-se, filosoficamente, ademais, as esferas culturais de valor como, respectivamente, (a) ciência e técnica, (b) direito e moral, (c) arte e crítica de arte – legitimadas, cada uma das esferas, no interior desses limites (cf. ARAÚJO, 2020, p. 35-36). A história da teoria da literatura como “teoria crítica” na modernidade (no âmbito, pois,

do que chamo de “modernidade crítica”) confunde-se com a da emergência sucessiva de respostas possíveis *mas não compossíveis* (posto que mutuamente excludentes) à busca caracteristicamente moderna pelo fundamento crítico empreendida sobre o pano de fundo da subjetivação radical do domínio estético-literário operada pela terceira *Crítica* kantiana (a *Crítica da faculdade do juízo*). Tais respostas, como mostro no livro, afiguram-se, assim, todas elas, num sentido importante, como respostas a *Kant*, mas também, na verdade, como respostas *kantianas* a *Kant*, na medida em que derivadas, todas elas, cada uma à sua maneira, de leituras determinadas da terceira *Crítica*. Se a demanda obsessiva por um fundamento crítico é o que definirá, desse modo, o ter lugar da teoria da literatura na modernidade, é apenas com vistas à mesma demanda que se pode buscar divisar, por contraste, uma “pré-modernidade” crítica, na qual, supostamente, tal demanda *ainda não* existiria, bem como uma “pós-modernidade” crítica, na qual, ao invés, a referida demanda *não mais* existiria. Disto também me ocupo em *TL&HC*.

THIAGO SANTANA: O PENSAMENTO ESTÉTICO DE IMMANUEL KANT PARECE SER AQUILO QUE ARTICULA OS DIFERENTES MOMENTOS DA PRIMEIRA PARTE DE *TL&HC*, JÁ QUE TANTO A *THEORY* DE WELLEK E WARREN QUANTO OS OUTROS

AUTORES EVOCADOS BUSCAM RESPONDER À GRANDE INTERROGAÇÃO INAUGURADA PELO FILÓSOFO NA *CRÍTICA DA FACULDADE DO JUÍZO*: FALTANDO O UNIVERSAL SOB O QUAL SE SUBSUME O PARTICULAR – O OBJETO ESTÉTICO-LITERÁRIO –, COMO GARANTIR O FUNDAMENTO CRÍTICO A PARTIR DO QUAL AS OBRAS DE ARTE SERÃO AVALIADAS? A “MODERNIDADE CRÍTICA” DE QUE VOCÊ FALA TALVEZ POSSA SER TRATADA NESTES TERMOS: TENDO A SEGURANÇA DOS CRITÉRIOS CLÁSSICOS NO TERRENO DA ESTÉTICA SIDO DEMOLIDOS, DE QUE MANEIRA DEVEMOS NOS APROXIMAR (CONHECER/VALORAR) AS OBRAS LITERÁRIAS? OS GRANDES NOMES DA TEORIA CRÍTICA NA MODERNIDADE (MME. DE STÄEL, SAINTE-BEUVE, TAINE, LANSON; DILTHEY, SPITZER, AUERBACH; COLERIDGE, ELIOT, WIMSATT, BROOKS, WELLEK...) BUSCAM TODOS, COMO VOCÊ DEMONSTRA, PREENCHER O MESMO VAZIO “KANTIANO”. PROFUNDAMENTE IDENTIFICADO COM A ERA MODERNA, COMO VOCÊ SITUARIA ESSE FILÓSOFO NAS PREOCUPAÇÕES CRÍTICAS E TEÓRICAS DOS TEMPOS DE HOJE – ISTO É, NA CHAMADA ERA “PÓS-MODERNA”? O QUE A *CRÍTICA DA FACULDADE DO JUÍZO* AINDA É CAPAZ DE INFORMAR AOS CRÍTICOS E AOS TEÓRICOS DA LITERATURA?

Como eu dizia há pouco, a própria noção de uma “modernidade crítica” nos termos em que a defino só se concebe na esteira da “teoria da modernidade” implicada

pela filosofia crítica kantiana; é nesse sentido que os sucessivos “paradigmas” da teoria crítica ocidental se afiguram como sucessivas respostas a Kant; respostas kantianas a Kant. Se é com vistas à subjetivação radical do domínio estético-literário operada pela terceira *Crítica* kantiana que se torna possível caracterizar a teoria da literatura na modernidade crítica nos termos de uma busca obsessiva por um fundamento, é com vistas, ainda, a esse mesmo horizonte epistêmico que devemos nos perguntar em que medida faria sentido falar numa “pré-modernidade” crítica e numa “pós-modernidade” crítica. Definir esta última nos termos de uma “superção” da modernidade crítica e de sua característica obsessão pela questão da (auto)fundamentação implica recair justamente na crono-lógica tipicamente moderna pela qual algo ora dito “velho” ou “antigo” se veria, então, superado pelo *novo*, pelo *pós-o-que-quer-que-seja*... Este o vício fundamental de grande parte do pensamento dito “pós-moderno”, como evidenciado, entre outros, por Gianni Vattimo. Por isso, ainda segundo Vattimo, o “pós-moderno” digno do nome só poderia se performar como verdadeira *despedida* da modernidade, a qual se subtraísse, enquanto tal, à ideia moderna de superção em direção a uma nova fundação (cf. ARAÚJO, 2020, p. 249-250). É Friedrich Nietzsche não apenas o

teórico mas o *performer* por excelência dessa despedida antikantiana da modernidade. Em face da radicalidade e da coerência do seu “pensamento estético” (de que me ocupo ao final da primeira parte de *TL&HC*), tanto o nietzschianismo dito “pós-moderno” do século XX, quanto o pretense *pós-nietzschianismo* contemporâneo afiguram-se como estridentes recaídas na retórica do *pós*, ora devidamente institucionalizada no seio de disciplinas envergonhadas de sua própria disciplinaridade nesta época dita “pós-disciplinar”.

RAFAEL SILVA: FALANDO EM HISTÓRIA, UMA PALAVRA QUE APARECE COM MUITA FREQUÊNCIA EM *TL&HC* É “HISTORIOGRAFIA”. A BEM DA VERDADE, NA SEGUNDA METADE DESTA LIVRO, VOCÊ PROPÕE UMA REFLEXÃO PROFUNDA SOBRE O QUE ACABA POR CONSTITUIR UM GÊNERO ACADÊMICO, A “HISTÓRIA DA CRÍTICA LITERÁRIA”, E EVOCA ALGUNS DE SEUS NOMES IMPORTANTES COMO OS DE BRUNETIÈRE, T. S. ELIOT, SAINTSBURY, WELLEK, ENTRE MUITOS OUTROS; CONTUDO, MAIS DO QUE REVISITAR OS TEXTOS NOS QUAIS ESSA HISTÓRIA FOI ESCRITA, VOCÊ DELINEIA A “HISTÓRIA DESSAS HISTÓRIAS” E PROMOVE UMA REFLEXÃO SOBRE AS CONDIÇÕES DE HISTORICIZAÇÃO DA CRÍTICA LITERÁRIA – SEUS PRINCÍPIOS, SEUS MEIOS E SEUS FINS –, PROCESSO AÍ COMPARÁVEL AO QUE THOMAS KUHN SUGERE PARA AS CIÊNCIAS NATURAIS.

ISSO SE FAZ ACOMPANHAR AINDA POR UMA CONCEPÇÃO DE ESCRITA DA HISTÓRIA QUE LEVA EM CONTA OS EVENTOS – CERTOS EVENTOS HISTÓRICOS, EM SUA “MONSTRUOSA SINGULARIDADE”, NO QUE ELES PODEM DAR A VER COMO POSSIBILIDADE DE FUTURO. COMO VOCÊ CONCEBE ESSA MODALIDADE DE HISTORIOGRAFIA E EM QUE ELA SE DIFERENCIA DE OUTRAS FORMAS DE ESCREVER A HISTÓRIA? COMO VOCÊ PROMOVEU ESSA FORMA DE ESCRITA DA HISTÓRIA AO ABORDAR O ASSUNTO PRINCIPAL DA SEGUNDA PARTE DE *TL&HC*?

A segunda parte de *TL&HC* é uma tentativa de explicitar e definir aquilo que faço na primeira parte do livro. Agora há pouco, eu dizia que *TL&HC* é um livro sobre o ter lugar da teoria da literatura em seus “momentos decisivos”, num duplo sentido desta expressão: momentos *principais*, momentos *de decisão* (na verdade: momentos principais *como* momentos de decisão). É disto que me ocupo na primeira parte do livro, e, ao fazê-lo – pode-se afirmar, então, com base na segunda parte do livro –, faço “História da Crítica”. Mas o que é História da Crítica? Sua natureza, sua função, sua história como gênero acadêmico de vasta fortuna sobretudo no mundo anglófono? Ocupo-me disto na segunda parte de *TL&HC*, mas para desembocar numa resposta possível à pergunta fundamental sobre o que *deveria ser*, afinal, uma História da Crítica; a saber: “um desvelamento

ou um desrecale das condições conflituais de possibilidade do discurso teórico-metodológico no campo dos estudos literários, um desrecale, portanto, da própria *historicidade* desse discurso” (ARAÚJO, 2020, p. 369). Chamo a operação historiográfica performada em *TL&HC* de *teratológica* na esteira de Jacques Derrida, quando ele acena para a possibilidade de um tipo de historiografia, de operação *historio-gráfica*, que se identifique com a produção de efeitos de desvelamento da “monstruosidade originária” de um evento discursivo que se viu “domesticado” na forma de uma teoria, de um método, de uma escola de pensamento (cf. ARAÚJO, 2020, p. 372). Como digo, ainda, na conclusão do livro, dialogando com o Nietzsche da segunda das *Considerações intempestivas*: “Contrariamente às espécies historiográficas orientadas para o passado crítico, que têm na *memória* o seu grande instrumento, seja para antiquarizar, para monumentalizar ou para criticar o objeto dessa memória, a espécie *teratológica* caracterizar-se-ia, antes, por um golpe de *desmemória*, por um monstruoso esquecimento em face dos ditos grandes marcos da teoria crítica ocidental, acarretando o *desarquivamento*, a reversão dos mesmos, até o ponto em que a crítica pudesse, então, uma vez mais, *acontecer*” (ARAÚJO, 2020, p. 376). Toda a primeira parte de *TL&HC* pode ser vista, assim, como uma operação de *desarquivamento* dos marcos da teoria crítica

ocidental a título de “momentos principais” de uma história da crítica, ora desvelados como “momentos de decisão” nesta história. E momentos de decisão são sempre, para falar ainda com Derrida, *acontecimentos monstruosos* (os quais se dão a ver, enfim, pela via de uma *historiografia teratológica*, nos termos de TL&HC).

THIAGO SANTANA: AO SUBLINHAR, DIGAMOS, A DESIGUALDADE DE UM TEXTO EM RELAÇÃO A ELE PRÓPRIO, REMETENDO-O A OUTROS, DIVERSOS, A PARTIR DOS QUAIS ELE PRÓPRIO SE CONSTITUIRIA ENQUANTO TAL, TL&HC PARECE ECOAR ALGO DO PROCEDIMENTO DE JACQUES DERRIDA. DE FATO, A OBRA DE DERRIDA PARECE CONSTITUIR UMA REFERÊNCIA IMPORTANTE DE SEU TRABALHO – SENDO, INCLUSIVE, FUNDAMENTAL NO SEU LIVRO ANTERIOR, O EVENTO COMPARATISTA: DA MORTE DA LITERATURA COMPARADA AO NASCIMENTO DA CRÍTICA (EDUEL, 2019). TAMBÉM EM TL&HC DERRIDA SURGE, NO FIM DA SEGUNDA PARTE, JUSTAMENTE COMO AQUELE DE CUJAS IDEIAS VOCÊ PARTE PARA DESENVOLVER SUA PRÓPRIA PROPOSTA DE HISTORIOGRAFIA DA CRÍTICA. SERIA CORRETO, PORTANTO, AFIRMAR QUE ESSE TRABALHO RECEBE UMA INFLUÊNCIA DETERMINANTE DESSE FILÓSOFO? EM QUE MEDIDA PODERÍAMOS AFIRMAR QUE VOCÊ “DESCONSTRÓI” SEUS OBJETOS (A TEORIA LITERÁRIA, A HISTÓRIA DA CRÍTICA)?

RAFAEL SILVA: APROVEITANDO ESSAS INDAGAÇÕES MAIS DIRETAS SOBRE SUA RELAÇÃO COM DERRIDA, OU COM “A DESCONSTRUÇÃO” (NO SINGULAR OU NO PLURAL), GOSTARIA DE APONTAR DESDE JÁ ALGUNS DESDOBRAMENTOS QUE, A MEU VER, SÃO AFINS A ELAS E CONSTITUEM TRAÇOS IMPORTANTES DE SEU TRABALHO. NA MAIOR PARTE DE SUAS PROPOSTAS EM CURSOS, PALESTRAS E PUBLICAÇÕES, TALVEZ EM TODAS AS SUAS PROPOSTAS – E MESMO NAS RESPOSTAS DADAS ATÉ AQUI NESTA ENTREVISTA –, PERCEBEMOS UM CUIDADO MUITO ATENCIOSO COM OS TEXTOS LIDOS E ANALISADOS POR VOCÊ, NÃO APENAS NO QUE DIZ RESPEITO AOS DETALHES DE FORMULAÇÃO, DE ENUNCIÇÃO, MAS TAMBÉM DE ENQUADRAMENTO DOS DISCURSOS. A OBRA DE RENÉ WELLEK É UMA ESPÉCIE DE FIO-CONDUTOR DE TL&HC, DESDE SUA DIVISÃO EM DUAS PARTES ATÉ O DESDOBRAR DE MUITOS DE SEUS ARGUMENTOS, AINDA QUE A LEITURA DE OUTRAS OBRAS VENHA A SE DESENNOLAR A PARTIR DAÍ, CUMPRINDO UM PAPEL ARGUMENTATIVO FUNDAMENTAL, COMO AS DE KANT, DILTHEY, MME. DE STAËL, NIETZSCHE E MUITAS OUTRAS. ASSIM SENDO, PERGUNTO: COMO VOCÊ CONCEBE A RELAÇÃO ENTRE ESSA LEITURA ATENTA DE TEXTOS E AUTORES ESPECÍFICOS (ALGUNS POUCO LIDOS E MESMO SEQUER CONHECIDOS HOJE EM CURSOS DE LETRAS), À LUZ DE SUAS PREOCUPAÇÕES COM QUESTÕES PRÁTICAS DO PRESENTE? NESSE SENTIDO, COMO A LEITURA E A DISCUSSÃO DA OBRA

DE UM RENÉ WELLEK, POR EXEMPLO, PODE SE REVELAR IMPORTANTE PARA O TRABALHO DE ALGUÉM DA ÁREA DE LETRAS?

Acho que o enunciado da pergunta do Rafael numa medida importante já responde à primeira pergunta do Thiago. Quanto à segunda pergunta do Thiago, julgo que será aqui contemplada por minha resposta ao Rafael; vejamos. Sim: “um cuidado muito atencioso com os textos lidos”, você diz. Não há, na verdade, leitura propriamente dita da “teoria”, digo eu, sem essa atenção cuidadosa, quase obsessiva, para com a letra, a dicção, o estilo, a língua do/no texto... sem esse respeito reverente ao texto, o qual, frequentemente, no próprio esforço por habitá-lo, parece exorbitá-lo, desrespeitosamente. A isto – a esta performance leitural que vota ao texto teórico uma “fidelidade infiel”, para lembrar a bela expressão de Derrida –, poder-se-ia chamar, uma vez mais, *desconstrução*. Mas o que se desconstrói na leitura exorbitante de um texto teórico dito clássico é a própria “classicidade” do referido texto com vistas a uma dada tradição – logo, o “efeito de hegemonia” exercido por esse texto na referida tradição, e, no limite, a própria tradição em que ele se insere e a qual, eventualmente, ele sustenta. Não é outro o lugar da “obra de René Wellek”

em *TL&HC*: “fio-condutor” apenas na medida em que se reconhece que, ao puxarmos sua ponta solta, é todo um tecido aparentemente sólido que então se descostura, e que nossa leitura não faz mais do que se deixar conduzir por esse destecer – que, na prática, é um (re)tecer: ler e escrever no mesmo gesto. Quanto ao desdém que em nossa área habitualmente votamos a textos “pouco lidos e mesmo sequer conhecidos hoje em cursos de Letras”, não obstante sua importância na constituição da própria área em que nos inserimos acadêmica e profissionalmente, continua válido, parece-me, o diagnóstico mordaz proferido por Claude Lévi-Strauss em *Tristes trópicos* (1955) a partir de sua experiência docente na Universidade de São Paulo na década de 1930: “Nossos estudantes queriam saber tudo, mas em qualquer campo que fosse, só a teoria mais recente parecia merecer-lhes a atenção. Fartos de todos os festins intelectuais do passado, que aliás só conheciam por ouvir dizer, já que não liam as obras originais, conservavam um entusiasmo sempre disponível pelos pratos novos. [...] Produtos selecionados dos viveiros acadêmicos, meus colegas e eu mesmo muitas vezes nos sentíamos encabulados: criados para respeitar apenas as ideias maduras, ficávamos expostos às investidas de estudantes de uma ignorância completa quanto ao passado mas cuja informação tinha

sempre alguns meses de avanço em relação à nossa” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 99). Não me agrada, evidentemente, constatá-lo, sobretudo porque, de lá para cá, a permanência ou mesmo o agravamento de um tal estado de coisas no ambiente acadêmico brasileiro é muito mais responsabilidade nossa – dos professores universitários no Brasil – do que de nossos alunos. Agrada-me, por outro lado, pensar que Fabio Akcelrud Durão possa estar certo quando diz na quarta capa de *TL&HC*: “Em um ambiente intelectual dominado pelo presentismo e por uma concepção simplesmente instrumental da teoria, só pode ser bem-vindo um livro que encara a crítica literária como objeto de reflexão e a submete à dimensão transformadora da história”.

RAFAEL SILVA: PARTINDO DO QUE ACABA DE SER DITO, TALVEZ SEJA POSSÍVEL SUGERIR QUE ENTRE UM NÍVEL DE REFLEXÃO MAIS GERAL – ALGO DA ORDEM DA TEORIA – E UM NÍVEL MAIS BÁSICO, ATENTO ÀS ESPECIFICIDADES DOS TEXTOS – ENTENDA-SE: CRÍTICA –, EXISTA UMA MESMA ATITUDE PERANTE O OBJETO DOS ESTUDOS LITERÁRIOS; ALGO QUE PODERÍAMOS CHAMAR DE UMA “ÉTICA DA LEITURA”. ESSA EXPRESSÃO, QUE ESTEVE NO CENTRO DE BELAS REFLEXÕES DE DERRIDA E JÁ FOI RETOMADA POR VOCÊ, APONTA NÃO APENAS PARA O CUIDADO NECESSÁRIO NO ATO DE LEITURA

– CUIDADO COM O OUTRO PARA O QUAL NOS VOLTAMOS QUANDO NOS PROPOMOS A LÊ-LO –, MAS TAMBÉM PARA AS IMPLICAÇÕES PRÁTICAS DE TODA E QUALQUER LEITURA. A MEU VER, ESSA RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA É UM DOS ASPECTOS MAIS INSTIGANTES DE SUA OBRA, COMO DEVE TER FICADO BEM EVIDENCIADO PARA O PÚBLICO COM ESTA ENTREVISTA. PARA JÁ NOS ENCAMINHARMOS PARA A CONCLUSÃO, GOSTARIA DE SABER COMO VOCÊ CONCEBE SUA TRAJETÓRIA PESSOAL, DESDE OS ESTUDOS NA PÓS-GRADUAÇÃO (E, POR QUE NÃO?, MESMO ANTES) ATÉ SUA ATUAÇÃO COMO DOCENTE NA UERJ, OCUPANDO AINDA CARGOS ADMINISTRATIVOS IMPORTANTES NA FACULDADE DE LETRAS DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA, À LUZ DESSA RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA.

Uma resposta circunstanciada a essa questão me levaria às raias do memorial acadêmico, algo que, evidentemente, não seria o caso de sequer esboçar aqui. Apenas por um equívoco do senso comum podemos conceber que o que chamamos de “teoria” não implique, necessariamente, uma dimensão prática, e que, em contrapartida, o que chamamos de “prática” não se deixe necessariamente atravessar por teoria(s) – isto em qualquer dos domínios evocados por sua pergunta: pesquisa e escrita acadêmicas, docência e administração universitárias. O que você evoca, então, a

título de “relação entre teoria e prática” talvez pudesse ser definido como a manifestação de uma *consciência* sustentada da interrelação constitutiva a que acima me refiro. Nesse sentido, a “trajetória pessoal” de que você fala poderia ser aqui sintetizada na ideia de uma conquista progressiva da dita consciência e de sua manifestação no que faço e no que tento fazer na Universidade Pública, desde minha graduação em Letras na UFMG no final da década de 1990 e de minha formação pós-graduada na mesma instituição já no novo milênio até minha atividade docente e administrativa na UERJ desde que passei a integrar seus quadros em 2013. Como esta é uma história a qual espero estar longe de acabar, não faço então, por ora, mais do que reproduzir aqui, ao modo de conclusão, a dedicatória-agradecimento anteposta ao texto de *TL&HC*: “Aos meus pais, que tornaram possível o trajeto. À Universidade Pública, segunda natureza que se sobrepõe à primeira”.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Nabil. *Teoria da Literatura e História da Crítica: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

CECHINEL, André (Org.). *O lugar da teoria literária*. Florianópolis/Criciúma: EdUFSC/Ediunesc, 2016.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Trad. de Rosa Freire D’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.